



SIGNIFICADOS DO LIVRO DIDÁTICO NA CULTURA ESCOLAR

TEIXEIRA, Rosane de Fátima Batista – UFPR
rosanebteixeira@yahoo.com.br

Eixo Temático: Cultura, Currículo e Saberes
Agência Financiadora: CAPES- REUNI

Resumo

Discute a presença do livro didático no contexto da cultura escolar, mais especificamente no processo de alfabetização, analisando a relação do professor alfabetizador com o livro e os significados ele assume na cultura escolar a partir da visão das professoras entrevistadas. Considera que o livro é produto de relações complexas que se dão na esfera social e no interior da escola o que o situa numa tensão entre a cultura escolar e a cultura da escola. Analisa os relatos de três professoras alfabetizadoras que atuam na rede municipal de Curitiba (PR) em turmas de segundo ano do ensino fundamental. Com as entrevistas procura compreender o trabalho de alfabetização realizado e as formas como as professoras utilizam os livros didáticos de alfabetização. O referencial teórico está pautado nos conceitos de cultura escolar (FORQUIN), e nas contribuições teóricas de Apple, Tardif e Mortatti. Considera que para as professoras entrevistadas o livro didático representa um elemento fundamental no contexto pedagógico assumindo diferentes funções e distintos significados, sua importância é sempre reafirmada a partir da autonomia e da autoridade pedagógica do professor. O significado que o livro didático assume para os alunos e pais, na visão das entrevistadas é de um material valorizado e necessário para a aprendizagem. Reconhece também a marca histórica das cartilhas de alfabetização nos diferentes contextos de escolarização e a presença delas nos processos de escolarização e na prática pedagógica das professoras. Neste estudo percebe-se a forte presença do livro no cotidiano escolar, incorporado ao saber e ao trabalho docente, mas não se localizam momentos em que ele seja objeto efetivo de estudo e discussão.

Palavras-chave: Livro didático. Alfabetização. Cultura escolar.

Introdução

O livro didático tem sido considerado como um dos principais veiculadores do conhecimento sistematizado, sendo um objeto reconhecido e privilegiado na cultura escolar. Sua importância pode ser verificada nas políticas governamentais que situam o Brasil como país que possui um dos maiores programas de distribuição de livros e pelo seu papel na definição dos conteúdos culturais que serão privilegiados e transmitidos nas escolas.

Mesmo sendo elemento central no processo educativo, só muito recentemente o livro didático tem recebido a devida atenção dos pesquisadores e cientistas sociais nos distintos cenários educacionais. Considerado um livro “menor”, descartável e efêmero no contexto do mercado editorial, hoje, o objeto “livro didático” constitui elemento essencial para a investigação científica sobre a cultura material escolar no âmbito tanto da História da Educação (história das disciplinas escolares, história dos currículos e programas, história da leitura...) como da Didática, da Filosofia e das áreas correlatas.

Ao se tomar o livro didático como objeto de investigação, este elemento culturalmente estabelecido e situado na tensão entre a cultura da escola e a cultura escolar, assume-se, portanto, que ele é em parte responsável pela determinação de modos de agir e pensar dos professores; no entanto, por ser produto de relações complexas que se dão na esfera social e no interior da escola, é necessário refletir sobre as formas como o professor se relaciona com este material e o uso que faz dele na organização metodológica do seu trabalho, se as determinações oficiais são seguidas pelos professores ou se estes atuam como sujeitos ao produzirem suas práticas e suas formas únicas de agirem sobre este material didático.

Livro Didático: elemento da cultura escolar

A cultura escolar é singular com uma prática social própria e única, os principais elementos que designam essa cultura são os atores (famílias, professores, gestores e alunos), os discursos e as linguagens (modos de conversação e comunicação), as instituições (organização escolar e o sistema educativo) e as práticas (pautas de comportamento que chegam a se consolidar durante um tempo).

O conceito de cultura escolar será aqui definido segundo a explicitação teórica de Forquin, que compreende cultura como o “mundo humanamente construído, mundo das instituições e dos signos no qual, desde a origem, se banha o indivíduo humano, tão somente por ser humano, e que constitui como que sua segunda matriz” (FORQUIN, 1993, p. 168).

A cultura escolar se apresenta nesta visão como:

[...] uma ‘cultura segunda’ com relação à cultura de criação ou de invenção, uma cultura derivada e transposta subordinada a uma função de mediação didática e determinada pelos imperativos que decorrem desta função, como se vê através destes produtos e destes instrumentos característicos constituídos pelos programas e instruções oficiais, manuais e materiais didáticos, temas de deveres e de exercícios, controles, notas, classificações e outras formas propriamente escolares de recompensas e sanções (FORQUIN, 1992, p. 33).

Analisar as situações de uso do livro didático no ambiente escolar implica considerar elementos que constituem a **cultura escolar** e a **cultura da escola**. Segundo Forquin (1993), a escola é um “mundo social” possuidora de uma cultura própria, com seus modos de agir, de pensar, sua linguagem e seus regimes de regulação e controle e que produz também uma cultura tipicamente escolar apontada como o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que são nela selecionados, organizados e transmitidos.

Para este autor a educação escolar não se limita a fazer uma seleção entre os saberes e os materiais culturais disponíveis num dado momento, ela deve também, para torná-los efetivamente transmissíveis e efetivamente assimiláveis às jovens gerações, entregar-se a um imenso trabalho de reorganização, de reestruturação, ou de transposição didática. Tal é o papel, não só, dos manuais e de todos os materiais didáticos, mas também o dos exercícios escolares, das lições, dos deveres, dos controles periódicos, dos sistemas de recompensas e sanções propriamente escolares.

A escolha dentre este vasto território da cultura de alguns conteúdos em detrimento de outros implica uma decisão política, pela qual se priorizam ideias, conceitos e valores que poderão ser perpetuados por grupos ou sociedades que de alguma forma são detentoras do poder de decisão, representando o que um grupo priorizou como conteúdo escolar.

O livro didático é resultado deste processo de didatização exposto por Forquin, o que resulta numa forma característica de apresentação e organização dos conteúdos, uma forma escolar que está presente nos livros didáticos, ao apresentarem conteúdos, exercícios, ilustrações, exemplificações, e que não se manifesta só no livro, mas em todos os recursos utilizados na escola. Estes conteúdos escolares, este saber escolar resulta de um processo contínuo de seleção cultural e de elaboração didática e apresenta como característica a organização sob a forma de matérias ou disciplinas.

Pensar na constituição destes saberes escolares remete à discussão sobre as disciplinas escolares. Chervel (1990), em seus estudos sobre o surgimento das disciplinas escolares, aponta que muitas destas disciplinas foram criadas na escola, para a escola e por ela própria. Ele considera a cultura escolar a cultura adquirida na escola e que encontra nela não somente seu modo de difusão, mas também sua origem.

A partir das contribuições de Chervel, o estudo dos livros poderia ocorrer em três instâncias: na análise dos textos, na história do livro e no estudo das práticas relacionadas a

este objeto. O livro escolar é objeto didático e fonte de pesquisa histórica que permite desvelar componentes do currículo escolar ao expressar valores, normas e conhecimentos próprios de uma época e de uma sociedade. Esse material didático, presente na instrução escolar até os dias de hoje, articula um conjunto de saberes organizados, que consiste numa representação da cultura, com vistas a transmiti-lo aos leitores, que devem ser iniciados nesta mesma cultura. O autor remete esta indicação de estudos no contexto da história das disciplinas escolares.

A constituição de uma disciplina escolar, no caso específico deste estudo da alfabetização, não resulta apenas de sua relação com a ciência de origem, mas de suas inter-relações com as práticas cotidianas desenvolvidas pelos professores, com o uso que o professor realiza do livro didático. As práticas dos professores desempenham papel de destaque na sua relação com os conteúdos escolares e com as instituições de ensino. Ao analisar essas relações do livro didático no cotidiano do ensino fundamental, Santos (2007) o considera como elemento da cultura escolar que se transforma quando passa a fazer parte da cultura da escola.

A especificidade do livro didático o faz tornar-se não só elemento para a compreensão dos processos de ensinar em diferentes contextos e tempos históricos, das expressões da cultura educacional predominante em diferentes sociedades bem como reveladores de uma rede de relações que se estabelecem em sua produção e circulação. A explicitação destas relações será analisada a seguir, baseada nas referências de Apple sobre a economia política do livro didático.

Para compreender as determinações oficiais e estatais que determinam formas de regulação quanto ao livro, torna-se necessário examinar tanto os aspectos da cultura escolar como as regulações exercidas pela economia política do livro didático.

A discussão do processo de trabalho com livros didáticos precisa ser ampliada, sob uma série de aspectos, uma vez que o trabalho com produtos editoriais tem sofrido transformações advindas da crescente tendência à aferição de lucros nesse campo de produção especializado. Essa justificativa fundamenta-se em estudos como os de Apple (1989, 1995 e 1997), para quem se está perdendo o controle sobre partes substantivas do currículo e da tecnologia, “à medida que as ideologias e as práticas capitalistas penetram no centro de um grande número de salas de aula” (1997, p. 15). Essa penetração se faz por meio de

instrumentos os mais diversos, entre eles o livro didático, razão pela qual os estudos sobre seu processo de produção, circulação e uso são manifestações de vigilância social.

Como aponta Apple (1997), existem conexões importantes entre a esfera cultural, política e econômica, aspectos contraditórios de uma mesma realidade que podem ser desveladas a partir do estudo da relação educação e “estado” e cultura e economia, realizados a partir do estudo da escola.

Vislumbrar o livro didático no seio destas contradições implica também conceituá-lo como uma mercadoria, um objeto idealizado, produzido, distribuído e consumido. Percebem-se, desse modo, relações entre cultura, estado e economia, imbricadas desde o processo de produção de um livro. Trata-se de uma trajetória que apresenta uma problemática complexa, pois diferentes segmentos são nela envolvidos: a editora e o autor que produzem o livro; o governo que o compra; o professor que o escolhe e o aluno que o consome, além de toda uma dinâmica editorial de mercado que visa o lucro numa sociedade capitalista. Essa conjuntura, no Brasil, é ainda permeada pela regulamentação do Estado que atua como regulador ao definir programas de escolha e avaliação dos livros, controlando os tipos de conhecimento que serão ensinados e os interesses em jogo dos grandes grupos editoriais.

Mas esse interesse da indústria editorial não é dado apenas por motivações ideológicas ou pedagógicas, mas pelo enorme mercado que representa a produção e distribuição de livros e materiais didáticos. Há um mercado devidamente legitimado pelas políticas do Banco Mundial, que recomenda aos governos priorizar investimentos que tenham por finalidade proporcionar livros didáticos, vistos como a expressão operacional do currículo e contando com eles como compensadores dos baixos níveis de formação docente. Grandes somas de recursos são investidas no programa a cada ano, sem contar também os altos recursos empregados no controle de qualidade e avaliação dos materiais.

O livro se constitui como um produto cultural, responsável pela transmissão de certa forma de cultura, o que se pode depreender das observações de Apple ao apontar que:

[...] são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo e considerando que são os textos destes livros que freqüentemente definem qual é a cultura legítima a ser transmitida (APPLE, 1995, p. 82).

O referencial de Apple permite, portanto, visualizar o livro didático na intersecção entre políticas educacionais, mercantilização da educação e práticas pedagógicas cotidianas na escola. As políticas educacionais determinam conteúdos e práticas e o livro pode se transformar em instrumento para esta imposição. No entanto, as formas de resistência ao poder instituído ainda se manifestam, mais ou menos efetivas, de acordo com as condições materiais da escola, embora nem sempre alcancem a transformação almejada.

Ao estabelecer parte destas condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula, o livro didático se constitui como elemento da cultura escolar, organizando a seleção de conteúdos, interferindo e guiando as práticas pedagógicas e contribuindo, ao seu modo, para as formas de construção do conhecimento no ambiente escolar.

Professoras alfabetizadoras e livro didático

Para compreender quais os significados que o livro didático assume na cultura escolar e mais especificamente o manual didático utilizado no processo de alfabetização, foram entrevistadas três professoras alfabetizadoras que atuam no município de Curitiba (PR) em turmas de segundo ano do ensino fundamental e que trabalham há pelo menos cinco anos neste nível de ensino. Com a realização das entrevistas procurou-se compreender o trabalho de alfabetização desenvolvido e as formas como utilizam os livros didáticos de alfabetização.

Analisando os sentidos que atribuem ao livro didático, observa-se que as professoras reafirmam o papel primordial do professor no encaminhamento e na tomada de decisão sobre o processo escolar, como observado na fala das três entrevistadas.

Professora Aline: “ele pode ser bom se o professor souber usar, senão pode levar à acomodação do professor, que não vai propor um trabalho seu, mas vai usar o que o livro didático faz”.

Professora Bruna: “[...] sempre com o professor sendo o responsável pelas decisões, é como se o professor fosse o ator principal e o livro um mero coadjuvante”.

Professora Catarina: “a escola recebe os livros didáticos dos programas do governo e todos adotam o discurso do livro como necessário, como responsável pela qualidade da educação, mas não é bem assim. Eu digo que tem que estar nas mãos do professor a organização do trabalho”.

Há nas afirmações das três professoras a ligação direta entre a função destinada ao livro e a ação desenvolvida pelo professor ao se utilizar deste recurso. A subordinação do

livro ao professor é a característica presente nestes relatos, nos quais as professoras precisam mostrar que são a figura de autoridade responsável pelas decisões no espaço da sala de aula e neste momento é por meio do livro que expressam não só esta autoridade pedagógica, mas sua autonomia ao ensinar.

No depoimento da professora Catarina acrescenta-se à visão anterior a importância do livro estar atrelado a uma proposta pedagógica e curricular definida pela escola reafirmando que só deste modo ele desenvolverá sua função de subsidiar, dar apoio ao professor. Tal depoimento aproxima-se da expectativa do MEC, exposta nas orientações gerais do Guia do Livro Didático 2010 (Brasil, 2009), ao indicar pontos de reflexão no processo de escolha do livro e no seu futuro uso.

Salienta-se no texto a estreita relação entre a escolha das obras didáticas com a proposta pedagógica da escola, a proposta curricular e as expectativas dos professores, reafirmando a ideia de que a escolha fortalece a construção do trabalho coletivo nas escolas. Nestas orientações também se faz presente a discussão sobre a dependência entre o livro e o uso feito pelo professor.

O que dá a um livro o seu caráter e qualidade didático-pedagógicos é, mais que uma forma própria de organização interna, **o tipo de uso que se faz dele**; e os bons resultados também dependem diretamente desse uso. Logo, convém não esquecer: um livro, entendido como objeto, é apenas um livro. O que pode torná-lo atraente é o **uso adequado à situação particular de cada escola**. Podemos exigir – e obter – bastante de um livro, desde que conheçamos bem nossas necessidades e sejamos capazes de entender os limites do livro didático e ir além deles. Por isso mesmo, o melhor, em todo e qualquer livro, está nas oportunidades que ele oferece de acesso ao mundo da escrita e à cultura letrada [...] (MEC, 2009, p.11).

Esta relação se expressa tanto nas orientações oficiais como na percepção das professoras, reforçando o entrelaçamento entre elementos da cultura escolar com os da cultura da escola. Percebe-se que estes elementos em determinados momentos são causa de tensões e em outros parecem indicar o compartilhamento das mesmas ansiedades e desejos.

Ao conceituar e elencar características específicas do manual didático retomam-se as referências e comparações às cartilhas de alfabetização, que na história recente da escolarização deste país ocuparam papel de destaque. Mortatti ao problematizar a relação entre cartilha de alfabetização e cultura escolar, seus desdobramentos na história da educação e da alfabetização em nosso país retoma o conceito de cultura escolar como definido por

Forquin e afirma que neste processo de transmissão cultural, a escola brasileira vem privilegiando uma imagem idealizada de linguagem/língua, que é legitimada pelo professor com suas práticas, esta manutenção se deve ao conservadorismo cultural da escola e do professor, acrescido da contribuição dada pela cartilha de alfabetização.

Neste estudo, evidenciou-se na fala das professoras a comparação entre o trabalho proposto pela cartilha, onde estava explicitado o método a seguir e havia a determinação de padrões de linguagem únicos e fixos, com o trabalho realizado atualmente por elas na alfabetização. Que pode ser verificado nos depoimentos que seguem abaixo.

Professora Aline: “nos livros hoje já tem texto desde o começo, são muito mais atraentes e as ilustrações são muito boas. As cartilhas tinham um método a ser seguido, geralmente tinham só letras e palavras combinadas de acordo com uma sequência, tipo *Ivo viu a uva*, o que deixava o ensino totalmente abstrato, sem nenhuma contextualização”.

Professora Aline: “eu não tenho conhecimento aprofundado sobre os livros que estão no mercado hoje e não tenho me interessado muito sobre este assunto, mas pelo que eu conheço os livros estão mais pautados numa proposta construtivista, trabalham com temas e o texto está mais presente, seja para introduzir o trabalho ou no contexto. Pensando agora sobre isso fica claro que a diferença mesmo é o texto, as cartilhas tinham só palavras e um amontoado de frases, já estes novos modelos tem o texto como centro”.

Na comparação estabelecida pelas professoras observa-se a forte presença da cartilha como um modelo de trabalho que não serve aos propósitos atuais de trabalho e que há uma significativa mudança nas proposições dos livros atuais sendo a principal o trabalho com textos, “... a diferença mesmo é o texto”, “... tem texto desde o começo”. A presença do texto, levantada como diferencial nos novos livros, em diversos momentos é questionada por estas professoras quanto ao tamanho dos textos, que segundo elas, deveriam ser bem menores. Percebe-se uma oscilação entre o elemento que ora é valorizado, ora é apontado como negativo num novo encaminhamento.

Também é apontado o trabalho descontextualizado, com letras e palavras soltas, um “amontoado de frases”. Por outro lado são indicados elementos que se faziam presentes nas cartilhas como o treino ortográfico e os exercícios de fixação como valorizados numa proposta mais atual.

Estas considerações indicam provavelmente a forma como os saberes pedagógicos são produzidos, aqui os relativos ao livro de alfabetização e ao seu uso. Quando os avanços

advindos das teorias científicas sobre o ensino da leitura e escrita trazem novas concepções e geram novos materiais e processos de ensino, as antigas práticas não são simplesmente abolidas, elas são parte constitutiva do saber construído pelo professor no exercício docente. Pode-se atribuir e caracterizar este saber como advindo da experiência profissional, segundo a explicação produzida por Tardif ao conceituar saberes docentes.

Tardif (2002) ressalta que o saber constitutivo da prática docente tem origem em saberes provenientes de sua formação profissional e também de saberes disciplinares, curriculares e experienciais. Estes saberes ocorrem no contexto social, nas relações sociais e profissionais nos locais de trabalho e nas experiências e práticas cotidianas que o professor passou tanto como professor quanto como aluno.

No resgate a estes saberes oriundos tanto de experiências enquanto professor como enquanto aluno, percebe-se no relato a presença da cartilha em diferentes momentos. A professora Catarina relembra a cartilha em que foi alfabetizada e de alguns detalhes deste material, “[...] a cartilha em que fui alfabetizada foi a Caminho Suave e tenho uma vaga lembrança que tinha muitos desenhos, tenho algumas lembranças negativas da repetição, a gente repetia as letras e as palavras várias vezes e eu tive dificuldade em aprender a ler.”

Refere-se também às lembranças da cartilha que usou ao iniciar seu trabalho como alfabetizadora afirmando que no início de seu trabalho utilizava a cartilha como manual orientador e só mais tarde passou a utilizar-se de outros materiais.

Pelo depoimento desta professora observa-se a presença da cartilha em diferentes momentos em sua experiência de escolarização e na sua prática profissional, que indicam um aspecto negativo enquanto experiência de alfabetização, pela repetição de palavras e letras e pelas dificuldades que passou neste processo e enquanto professora alfabetizadora fez uso da cartilha, seguindo seus pressupostos no início da profissão, mas depois foi construindo uma prática em que ela não teve mais espaço chegando até sua eliminação do trabalho pedagógico.

O significado que o livro assume para os alunos e pais, na visão das entrevistadas é de um material valorizado e necessário para a aprendizagem. A professora Bruna reconhece que para os alunos há um significado de aprendizagem implícito neste material, que ela não consegue definir bem: “As crianças gostam muito do livro didático, valorizam este material, talvez porque o livro tenha um significado de aprender, de que com o livro aprendo, não sei bem [...]”

A professora Aline comenta que alunos e familiares se sentem importante com o livro e que há uma cobrança dos pais para que ele seja enviado para casa para que possam acompanhar o trabalho que vem sendo realizado em sala. A professora Catarina reforça esta posição ao afirmar que os alunos precisam deste material porque não dispões de recursos de aprendizagem.

Há efetivamente nos relatos uma preocupação dos familiares com a aprendizagem a partir do livro didático e uma cobrança de que este material esteja presente no cotidiano do aluno. Vale lembrar que no Brasil para um número significativo da população o livro didático acaba sendo um dos poucos materiais escritos, sendo fonte de consulta e referência para compreender o que é trabalhado na escola, aliado a este fator há o Programa Nacional do Livro Didático que é amplamente veiculado pela mídia e garante a presença do livro na vida escolar do aluno.

Considerações Finais

O livro didático tem ocupado historicamente um papel de destaque na educação escolar brasileira e tem se configurado como elemento de investigação, seja no âmbito do estudo dos aspectos históricos, das questões ideológicas, do conteúdo e da forma dos manuais, das relações entre livros e mercado ou do uso que os professores fazem desse material.

Considerando-se que no contexto da cultura escolar há uma valorização deste objeto expressa em políticas e determinações que regulam e ordenam as relações com os livros, este trabalho procurou discutir como os professores apropriam-se do livro de alfabetização na organização cotidiana de seu trabalho e que significados são atribuídos por eles ao livro questionando se para os sujeitos da pesquisa o livro apresenta esta mesma carga valorativa.

Os elementos trazidos pelas professoras alfabetizadoras nesta pesquisa expressam tanto elementos de contradição, ora negando tanto a presença como o uso do livro em sala de aula, ora apontando as diferentes formas pelas quais se utilizam deste recurso de ensino. Percebe-se que o professor, enquanto elemento fundamental no processo de construção social da escola se apropria e se utiliza do livro didático de forma a romper com esta institucionalização buscando formas de superar as visões e exigências formais impostas no seu uso, resignificando e mediando os conteúdos propostos pelo livro didático.

Com as análises realizadas é possível afirmar que para os sujeitos desta pesquisa o livro representa um elemento fundamental no contexto pedagógico, muitas vezes

constituindo-se num dos poucos recursos que alunos e familiares dispõe para consultar e acompanhar o processo escolar sendo um material valorizado e necessário para a aprendizagem. Embora se possam reconhecer os diferentes modos de organizar e se apropriar do livro didático, as diversas relações econômicas e sociais que se configuram nesse processo, determinando as práticas de atuação pelos diferentes professores, subjazem categorias cujas relações em estudo podem revelar o valor que adquire o livro didático na escola.

As professoras alfabetizadoras reafirmaram em diversas situações reconhecer a importância deste objeto, vinculando-o sempre à ação do professor para que adquira sua importância, reafirmando a autonomia e a autoridade pedagógica do professor. Identificou-se também a marca histórica das cartilhas de alfabetização nos diferentes contextos de escolarização e a presença delas nos processos de escolarização e na prática pedagógica das professoras.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. Cultura e comércio do livro didático. In: **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, p.81-105, 1995.

_____. **Teoria crítica y educación** Buenos Aires : Minoi y Ávila, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Guia do livro didático 2007: alfabetização**. Brasília, 2006.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177- 229, 1990.

FORQUIN, Jean -Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

_____. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 5 p., 28-49, 1992.

MORTATTI, Maria do Rosário Largo. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: Um pacto secular. **Caderno CEDES**. Campinas, v.20, n.52, nov.2000.

SANTOS, Cibele Mendes Curto dos. **O livro didático do ensino fundamental: as escolhas do professor**. 2007. 236 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.